

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.427 - SP (2019/0292615-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : LUIZ FERNANDO DO AMARAL CAMPOS CUNHA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : AMANDO CAMARGO CUNHA - SP100360  
LUIZ FERNANDO DO AMARAL CAMPOS CUNHA - SP312650  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JULIO CESAR DE OLIVEIRA PINTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIO CESAR DE OLIVEIRA PINTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - HC n. 2183572-61.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 3 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, como incurso nas sanções do artigo 155, § 4º, incisos I e IV, do Código Penal.

Sustenta o impetrante, em breve síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, sob o argumento de que não teria sido apresentada fundamentação idônea para justificar a decretação da custódia cautelar imposta ao paciente, porquanto não apontados elementos concretos para lhe negar o direito de recorrer em liberdade, reputando ausentes as hipóteses autorizadoras da segregação antecipada, previstas no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferido ao paciente o direito de recorrer em liberdade, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 10-11):

[...]

*Consta dos autos que o paciente foi, após o devido processo legal, condenado pela prática do crime de furto qualificado, nos termos que se expõem (fl. 421/428 dos autos de origem):*

*“Ante o exposto e considerando o que mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a ação penal ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, e o faço para CONDENAR o Réu JÚLIO CÉSAR*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DEOLIVEIRA PINTO, por incurso no artigo 155, § 4º, I (rompimento de obstáculo) e IV(concurso), à pena privativa de liberdade de 03 anos e 04 meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, e pena pecuniária de 16 dias-multa, cada qual no mínimo legal*

*(...)*

*O réu Júlio César não poderá recorrer em liberdade, uma vez que se trata de acusado triplamente reincidente em crimes patrimoniais, que cometeu o delito enquanto no cumprimento de penas anteriores, de modo que devem ser acauteladas a ordem e a segurança públicas e garantida a aplicação da lei penal, em regime inicial fechado.” (fl. 421/428 dos autos de origem).*

*Portanto, quanto ao direito a recorrer em liberdade, por ocasião da sentença condenatória, o Juízo “a quo” o denegou, estando a decisão devidamente fundamentada.*

*Assim sendo, inexistindo nulidade a ser sanada, razão não assiste ao impetrante ao pleitear o direito de responder em liberdade até o deslinde do recurso.*

*Verifica-se que o paciente é reincidente em delito originário de crimes mais graves e violentos, o que demonstra que ele faz do crime seu meio de vida, bem como que não faz jus ao depósito da confiança do Estado implicado na concessão do direito de recorrer em liberdade.*

*Frise-se, por fim, conforme bem lembrado pela D. Procuradoria Geral de Justiça “que o paciente se encontrava preso pela sentença definitiva decorrente da prática de outro delito patrimonial (fl. 10), sendo incabível a libertação nesta fase processual quando enfrenta uma nova sentença condenatória, consubstanciada em título judicial dotado de ainda maior robustez, apto a justificar sua segregação” (fl. 150/152).*

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo

# *Superior Tribunal de Justiça*

singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.  
Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator

